

Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões online de tensões

Rayza Sarmento¹

Resumo: Este texto busca tematizar a relação entre lutas por reconhecimento e a construção do sujeito do feminismo, olhando particularmente para as reivindicações das mulheres trans*. Para isso, discutimos como o ambiente online funciona como um espaço de compartilhamento e esclarecimento mútuo, bem como de embates sobre a questão em tela. Nossa discussão se apoiará nas construções teóricas de Axel Honneth (2003) sobre a estima social enquanto um dos elementos das lutas por reconhecimento. A fim de empreendermos tal discussão, olhamos para dois espaços online e estabelecemos três possíveis categorias para enquadrar os *posts* encontrados: a) expressões de dano, b) expressões de afirmação das capacidades individuais e c) expressões de negociação de estima. Esses espaços se mostraram como arenas importantes para os embates discursivos que atravessam a relação entre o feminismo e o transfeminismo. Eles sinalizam para a importância da internet para manifestações e tematização de opressão.

Palavras-chave: Transfeminismo; Reconhecimento; Internet.

Feminism, recognition and trans* women: online expressions tensions

Abstract: This paper seeks to thematize the relationship between struggles for recognition and the construction of the feminist subject, looking particularly to the demands of trans * women. For this, we discussed how the online environment works as a sharing space and mutual clarification, as well as clashes over the issue at hand. Our discussion will be based on theoretical constructs of Axel Honneth (2003) on the social esteem as one of the elements of the struggles for recognition. In order to undertake such a discussion, we look at two online spaces and established three possible categories to frame posts found: a) expressions of damage, b) statement of expressions of individual skills and c) estimates of trading expressions. These spaces are shown as important arenas for discursive clashes crossing the relationship between feminism and transfeminism. They point to the importance of the Internet for shows and theming of oppression.

Keywords: Transfeminism; Recognition; Internet.

Introdução

Reclamei, espaço a pequeno espaço, o pântano em que me quedara nulo.
Pari meu ser infinito, mas tirei-me a ferros de mim mesmo.
(O Livro do desassossego – Fernando Pessoa)

Uma das páginas feministas brasileiras populares no *Facebook* posta uma mensagem com os dizeres: “*Radfems passarão! Passarão por onde quiserem, garotinho! Deslizarão por cima de vocês, se for preciso*”. Radfems é abreviação de feministas radicais², uma terminologia que ficou conhecida, dentre outros motivos,

¹ Doutoranda e mestra do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora visitante na Northumbria University at Newcastle – UK. Bolsista Fapemig. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade da Amazônia. E-mail: yzasarmento@gmail.com

² O feminismo radical identifica a natureza biológica da divisão sexual como a raiz da opressão, dessa forma costuma falar em nome das chamadas “mulheres de verdade” (PISCITELLI, 2002). Entre suas pautas principais

por não aceitar mulheres transexuais³ em espaços feministas. A postagem supracitada passa a receber então uma série de críticas e desvela ali, naquela rede social não estruturada para a discussão política, uma tensão que atravessa o movimento feminista.

Como um movimento histórico e diverso define quem são seus sujeitos? Quais são as argumentações de pessoas consideradas radfems e transfeministas para dizer de sua pertença ao movimento? Quais estratégias as mulheres trans*⁴feministas usam para serem reconhecidas enquanto parte do feminismo?

Este texto busca tematizar a relação entre lutas por reconhecimento e a construção do sujeito do feminismo, olhando particularmente para as reivindicações das mulheres trans*; discutimos como o ambiente online funciona como um espaço de compartilhamento e de esclarecimento mútuo, bem como de embates sobre a questão em tela.

Nossa discussão se apoiará nas construções teóricas de Axel Honneth (2003) sobre a *estima social* como um dos elementos fundamentais das lutas por reconhecimento. Entendemos que um dos âmbitos de reivindicação das transfeministas é exatamente a *solidariedade* entre as demais participantes dos espaços feministas. Para isso, a partir da discussão sobre netnografia como metodologia útil para desvelar comportamentos no ambiente virtual, olharemos para dois espaços online: a) uma rede social baseada em perguntas e respostas (*Ask.fm*) de uma mulher trans* e b) a postagem do *Facebook* mencionada anteriormente. Interessa-nos pensar como a teoria do reconhecimento pode elucidar a luta travada por transfeministas, a partir de expressões via internet.

estão a necessidade da auto-organização de mulheres em espaços exclusivos e o combate à pornografia e à prostituição. Argumentam que mulheres transexuais possuem o privilégio de terem nascido e sido socializadas como homens e, portanto, não podem protagonizar o movimento feminista. De acordo com Heyes (2003), o livro *The Transsexual Empire: The Making of the She-Mal*, de Janice Raymond, ao tratar a transexualidade como uma patologia ou desordem mental, teve grande impacto nas percepções do feminismo sobre a transexualidade.

³ Mulheres que foram designadas como homens ao nascer.

⁴ O asterisco é usado pela comunidade trans para denotar a ideia de um guarda-chuva, não binário e agregador, já que o termo trans* engloba identidades múltiplas (travestis, transgêneros, transmulheres, transhomens). Ou, nos termos de Heyes (2003, p. 1093): “use *transgendered* to describe anyone who lives a gender they were not perinatally assigned or that is not publicly recognizable within Western cultures’ binary gender systems”. Há ainda uma tendência em evitar escrever e inscrever os diferentes sujeitos apenas pelos artigos definidos “o” e “a”, a fim de se contrapor ao binarismo e dimorfismo sexual, e substituí-los pelo ‘x’ quando uma palavra fizer menção a pessoas (ex: sujeitxs e não sujeito). Embora entendamos a reivindicação como legítima, para fins de fluência da escrita optamos por não adotar essa forma. É necessário ainda dizer que autoria deste trabalho é realizada por uma mulher cisgênera, que entende a necessidade e urgência das mulheres trans ocuparem os espaços acadêmicos e protagonizarem as narrativas sobre suas vidas; mas entende que a teoria do reconhecimento pode oferecer contribuições para as questões entre feminismo e transfeminismo.

1. Estima: entre todos e entre o grupo

Falar de teorias do reconhecimento é entrar em um terreno cada vez mais fértil e construído por reflexões bastante distintas. No Brasil, Mendonça (2009a; 2009b; 2011; 2012; 2013) tem empreendido numerosos esforços para evidenciar essa pluralidade. A obra de Axel Honneth e sua dimensão intersubjetiva do reconhecimento subsidia este trabalho, mas antes de nos determos em seu argumento é importante apresentar rapidamente outras compreensões.

De acordo com Mendonça (2013), existem pelo menos cinco correntes pensando o reconhecimento. Na sistematização do autor, Honneth junto com Charles Taylor são estudiosos do (1) *reconhecimento como autorrealização*, assentado na ideia de que os sujeitos dependem a todo o momento da relação com o outro para a construção de suas identidades, demandando ao mesmo tempo igualdade e consideração das diferenças; a denegação dessas dimensões é geradora de opressões.

Uma segunda forma é pensar o (2) *reconhecimento como tolerância*, cuja autora fundamental é Anna Elisabeta Galeotti. Para ela, explica Mendonça (2013), é preciso ampliar o modo liberal de entendimento da tolerância e aproximá-la da defesa pública de grupos minoritários, admitindo a existência e o respeito público às diferenças.

A terceira corrente é encabeçada pelas reflexões mais de Nancy Fraser (2009). A autora defende (3) *reconhecimento como paridade de participação*, dado que sem direito à fala, os sujeitos são alvos de uma injustiça prévia, que os impede de tematizarem suas questões.

Para Mendonça (2013), reconhecimento também é teorizado como (4) *luta afirmativa*, na perspectiva crítica desenvolvida por Patchen Markell, para quem atuais proposições sobre reconhecimento podem colaborar para o aumento de conflitos sociais, ao pretenderem, em sua visão, afirmar identidades prévias.

A última corrente, protagonizada por James Tully, é definida por Mendonça (2013) como (5) *reconhecimento como consideração do interlocutor*, e aposta na troca mediada pela linguagem para a compreensão dos que são as reivindicações, os reivindicantes e a própria noção, sempre contingente, de reconhecimento.

É com a perspectiva honnethiana de reconhecimento que trabalharemos neste texto. Seu foco na autorrealização dos indivíduos, como veremos a seguir, ajuda-nos a entender as tensões que atravessam os sujeitos do feminismo e elucida as dimensões dessas lutas.

Em “Luta por reconhecimento”, Axel Honneth (2003) busca explicitar as dimensões das quais derivam o conflito social. O autor discute como a vivência do desrespeito pode ser geradora de reivindicações públicas. Sua preocupação central é como, em um processo de atualização permanente, os sujeitos lutam por condições de autorrealização que podem levar à melhoria da vida coletiva⁵.

Honneth (2003, p. 23) se apoia nas construções hegelianas sobre reconhecimento, as quais conteriam em si “o potencial para uma motivação dos conflitos”, contudo tenta tornar mais “materialista” os escritos do filósofo, a partir das contribuições da psicologia social de George H. Mead (1967), especialmente sobre o foco nas interações sociais como precedentes às construções cognitivas individuais, onde está assentada a discussão do pragmatista americano. Com Mead, Honneth (2003) mostra que experiências de dano e de lutas por reconhecimento se dão em função da relação com o outro, o *destinatário social*. É só na troca intersubjetiva que os sujeitos se entendem como parceiros sociais e podem perceber quando expectativas de interação são rompidas.

É por apostar na interação como condição teórica e prática para as lutas por reconhecimento que Honneth (2003) enfrenta a forma como tradicionalmente a teoria política explicou o conflito social. Segundo ele, foi desfeito “o nexos que não raro existe entre o surgimento dos movimentos sociais e a experiência moral de desrespeito”, de forma que o “protesto e a resistência foram transformados categorialmente em ‘interesses’”. A defesa do autor é que a luta social deve ser entendida a partir de “sentimentos morais de injustiça, em vez de constelações de interesses dados” (HONNETH, 2003, p. 255).

Lutas por reconhecimento surgem diante da ausência, da frustração da expectativa de interação entre os sujeitos e, em função daquilo que é denegado, os atores podem coletivamente empreender lutas públicas. Para elucidar a gramática moral dessas lutas, Honneth (2003) constrói seu argumento em torno de três dimensões – *os reinos do amor, direitos e solidariedade* – e demonstra como a

⁵ O foco de Honneth (2003) na autorrealização recebeu uma série de críticas, em especial de Nancy Fraser (2006), a qual sustentou que políticas de reconhecimento negligenciavam questões redistributivas, ao focarem em demasia em dimensões culturais da justiça, constituindo-se no que chama de *paradigma identitário do reconhecimento*. A autora, de formação marxista, no texto “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era pós-socialista” (2006 [1995]), chama a atenção para proeminência das injustiças econômicas, da exploração e privação de diversos sujeitos como formas de não-reconhecimento, e advoga por remédios diferenciados daqueles que entende terem sido propostos por Honneth (2003). O autor, por sua vez, responde a esses questionamentos criticando o que entende ser um binarismo analítico de Fraser (2006), dado que não entender haver a dicotomização em questões de economia x cultura. Recentemente, como citado acima, a autora adiciona uma terceira dimensão ao seu modelo, entendendo que é por meio da representação que os sujeitos são ouvidos e os problemas de reconhecimento e redistribuição são discutidos e remediados (FRASER, 2009).

socialização em tais esferas, diante de uma experiência negativa, resulta em *sentimentos de dano* para os indivíduos.

Na esfera do *amor*, Honneth (2003) fala das ligações emotivas mais primitivas, assentadas em relações de dependência e de afeto. Quando manifestado em tal âmbito, o desrespeito toca a integridade corporal e fere a *autoconfiança* básica dos indivíduos, cerceando, assim, especialmente, a agência autônoma dos sujeitos sobre seus próprios corpos. O autor está preocupado fundamentalmente com episódios em que o desrespeito gera violência física. Na dimensão do *direito*, estão as normas acerca da igualdade entre todos e todas, do reconhecimento institucional ou das regras que permitem a convivência diante do pluralismo. A negação dos direitos gera danos ao *autorrespeito*, pois os sujeitos passam a não partilhar uma condição que deveria ser equânime com os demais. A terceira esfera é a da *solidariedade*, na qual os sujeitos precisam ser valorizados a partir de suas contribuições específicas; quando tal reconhecimento não ocorre, eles e elas têm afetada sua *estima pessoal*. Honneth (2003) explicita a diferença entre essas duas dimensões:

No momento, é importante saber aqui apenas quais conclusões se podem tirar preliminarmente da comparação entre o reconhecimento jurídico e a estima social: em ambos os casos como já sabemos, um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades, mas no primeiro caso se trata daquela propriedade universal que faz dele uma pessoa; no segundo caso, pelo contrário, trata-se das propriedades particulares que o caracterizam diferentemente de outras pessoas (HONNETH, 2003, p. 187).

Neste trabalho, focaremos nossos esforços exatamente em entender a importância da estima nas lutas por reconhecimento, a fim de lermos algumas reivindicações online de mulheres transfeministas. Em Honneth (2003), a estima consiste na habilidade de referir-se positivamente a essas capacidades individuais. Assim como o direito, cuja atualização é sempre histórica, a estima também depende dos padrões sociais e culturais de uma determinada sociedade, justamente por estar pautada em uma relação intersubjetiva.

Mendonça (2009a, p. 69) esclarece que a estima não deve ser confundida com valorização de identidades coletivas ou de grupos por atributos específicos, “mas a desconstrução de seus parâmetros diferenciadores”, a fim de que sujeitos não vivenciem nenhum tipo de desvalorização anterior. Ou, como enfatiza Honneth (2003, p. 211): quando estimado “todo sujeito recebe a chance, sem

graduações coletivas, de experienciar a si mesmo [...] como valioso para a sociedade”.

As discussões sobre estima e reconhecimento, especialmente em pesquisas nacionais, parecem-nos especialmente focadas na relação entre sujeitos e uma comunidade mais ampla, tais como as lutas empreendidas pela comunidade surda (MAIA; GARCÊS, 2014) ou pelas agências de *advocacy* na problematização do trabalho infantil doméstico (MAIA; CAL, 2014). Nesses casos, a nosso ver, há outro *externo*, mais distante do grupo social que sofre o dano, a quem são endereçadas as expectativas morais da luta por reconhecimento. Há uma sociedade *como um todo* enquanto destinatária social, a quem cabe sensibilizar, deslocar matrizes, fazer refletir, para que os horizontes morais sejam ampliados e nenhum sujeito seja desvalorizado. E é exatamente esse o papel dos movimentos sociais na luta por estima. Honneth (2003) nos diz:

[...] quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social, ou mais precisamente a reputação, de seus membros (HONNETH, 2003, p. 207-208).

Mas o que fazer quando a possível ausência de solidariedade parte do grupo que deveria fornecer as bases (ou construí-las mutuamente) do processo de reivindicações públicas? Como lidar com a negação de estima por parte daqueles que deveriam ser os parceiros mais diretos das lutas por reconhecimento?

Essa nos parece ser uma questão que atravessa a luta transfeminista. Lutar por *estima intragrupo* é não apenas querer ser valorizado *per se*, mas tornar-se parte, ser sujeito de um discurso e de uma prática, e ver-se como importante para o desdobramento daquela causa específica. Entendemos também que a estima não pode ser associada a uma ideia de “compaixão” de um grupo a seus segmentos mais específicos, com certa hierarquia entre a pauta geral defendida (o feminismo) e aquela que concerne a certo grupo (transfeminista). E sim uma relação em que ambos se veem fortalecidos – “aqui se acrescenta ainda, com um efeito reforçativo, a experiência de reconhecimento que a solidariedade no interior do grupo político propicia, fazendo os membros alcançar uma espécie de estima mútua” (HONNETH, 2003, p. 260).

Acreditamos que a estima intragrupo é parte fundamental para que uma luta específica seja alçada à esfera pública. Isso não significa uma homogeneização

ou reducionismo dos diferentes sujeitos que compõem os grupos sociais (particularmente, as minorias), mas a construção de um terreno comum. A *estima social intragrupo* funcionaria como uma longa estrada, sinuosa, cheia de bifurcações, nas quais os sujeitos podem trilhar diferentes caminhos, mas partilham de uma direção comum, de uma linha guia, que os une diante de trajetórias diferentes. A possibilidade de trafegar em uma estrada feminista é uma reclamação de algumas mulheres trans*.

2. Algumas notas sobre sujeitos do feminismo e transfeminismo*

Uma disputa, longe de ser superada, atravessa a prática e a teoria feminista: a definição de quem é o seu sujeito. Derivaríamos para uma discussão epistemológica longa se começássemos a mapear tais embates. Na teoria, ao menos, a luta contra a desigualdade entre os sexos fez emergir o termo “mulheres” como um grupo, um sujeito coletivo (PISCITELLI, 2002). A partir dos anos de 1970, o termo “gênero” passa a ser apropriado pelos estudos feministas, para elucidar a opressão não como condição inevitável e de cunho biológico, mas construída pelas relações sociais (SCOTT, 1989). A discussão pós-estruturalista, por sua vez, desestabiliza tal termo, pensando nos termos de Judith Butler, a “performatividade”, a partir da ideia de que não podemos admitir uma construção prévia e binária dos sujeitos quanto ao gênero e ao sexo (BUTLER, 1987; SALIH, 2012).

No ativismo, esse debate também é atravessado pela interseccionalidade de opressões. Mulheres negras, lésbicas, oriundas do Sul Global, jovens, reivindicaram a legitimidade de ser sujeito do movimento, denunciando sua invisibilidade nas narrativas bastante assentadas na experiência de mulheres brancas (COLLINS, 2000; HOOKS, 2013; MOHANTY, 1984). Adrião, Toneli e Maluf (2011, p. 665) afirmam que essas disputas impactaram na definição do sujeito do feminismo e fizeram com que houvesse um discurso pautado pela necessidade de igualdade para os demais segmentos da sociedade e da marcação da diferença entre o grupo, com a ruptura do “conteúdo uno” sobre o que é ser mulher, a partir da “chegada das mulheres situadas em segmentos específicos”.

As transfeministas são um desses segmentos que têm desestabilizado a forma homogênea de pensar o pertencimento. Em uma definição breve, transfeministas são mulheres trans* que compartilham uma perspectiva feminista, especialmente no que concerne à necessidade de uma relação mais democrática e

não sexualizada entre os papéis sociais e à crítica da existência binária entre sexo e gênero. Esse grupo terá pautas muito específicas⁶ e entre elas a própria presença no movimento feminista.

Há princípios sem os quais uma determinada linha de pensamento do feminismo não pode ser considerada transfeminista: (1) redefinição da equiparação entre gênero e biologia; (2) reiteração do caráter interacional das opressões; (3) reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e (4) validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero (JESUS, 2013, p. 5).

Estudos sobre o transfeminismo no Brasil como um coletivo político ou, em termos genéricos, como “movimento social”, ainda são escassos. Jesus (2013; 2014), expoente das discussões nacionais sobre o assunto, define-o como uma “linha de pensamento e ação feminista”. De acordo com a autora, e também com as pesquisas de Coacci (2014), a internet tem se configurado como uma arena importante para a visibilidade das questões transfeministas e, especialmente, para os debates, em páginas como Transfeminismo no *Facebook* e no blog de mesmo nome. O texto “Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista”, escrito em 2005 por Aline Freitas, é entendido como um manifesto pioneiro da corrente no Brasil, e também foi publicado online (COACCI, 2014; JESUS, 2013; 2014).

Coacci (2014), ao realizar entrevistas com mulheres trans* que se identificam como transfeministas, constata que não há uma organização forte ou clássica de movimento social, como ocorre com alguns mais antigos de travestis e transexuais, dos quais as transfeministas entrevistadas marcam sua diferença.

Uma das dificuldades do trânsito corpóreo ou discursivo de transfeministas em espaços feministas se dá pelo fato de algumas militantes se apoiarem na construção biológica, criticada por marcar “a desigualdade de gênero” em “mulheres concretas” e perpetuando a lógica binária já tão criticada pelas teorias

⁶ Entre as pautas de reivindicação trans* estão: coibição da transfobia, aceitação na família, superação da relação entre transexualidade e prostituição, educação formal, uso do nome social e despatologização da transexualidade. Sendo esta última uma pauta controversa, pois ao mesmo tempo em que algumas trans* entendem que é prejudicial o tratamento diagnóstico, outras discutem que essa é a única forma de ingresso no sistema único de saúde para a realização de cirurgias (BENTO, 2009; BENTO; PELÚCIO, 2012; CARDOZO, 2008).

feministas” (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p. 676). Embora esse impasse esteja resolvido em alguns espaços, mesmo depois de muitas tensões, a exemplo dos encontros feministas latino-americanos estudados por Adrião, Toneli e Maluf (2011), não parece estar tão bem estável em outros. É o que mostram as expressões de mulheres transfeministas na internet.

Antes de passar a eles, necessário pontuar alguns cuidados na análise dos ambientes online escolhidos para ilustrar nosso argumento sobre a necessidade de estima intragrupo que atravessa a luta transfeminista. O primeiro é que, assim como o feminismo, o movimento trans* também é diverso e estamos focando especialmente em algumas vivências de mulheres trans*, embora fosse extremamente rico olhar para os discursos de homens trans*. O segundo é que, como adiantamos, não estamos falando de um grupo coeso, olhamos para expressões textuais pessoais, de sujeitos específicos, entendendo que também podem ser partilhados por uma amplitude maior. Pretendemos observar qual o uso político que essas pessoas fazem da internet para expor a necessidade de se sentirem estimadas pelo grupo político mais amplo.

3. Expressões transfeministas na internet

Olhar para a internet implica necessariamente reconhecer suas diferenças com outros espaços de comunicação, seja os midiáticos tradicionais, seja os presenciais. Os estudos preocupados com as relações entre internet e expressão política têm seguido caminhos distintos, mas há uma crescente literatura preocupada em analisar como expressões pessoais disponíveis na rede fornecem pistas importantes sobre a relação travada entre grupos, entre temas específicos ou sobre a própria cultura política de uma determinada sociedade (GRAY, 2009; GRAHAM, 2008; GARCÊZ, 2013; OLIVEIRA; SARMENTO; MENDONÇA, 2014; SARMENTO, 2012; STEINER, 2012; STROMER-GALLEY, 2003).

Autoras como Wojcieszak e Mutz (2009) têm sinalizado para a ocorrência de discussões políticas em arenas online que não foram desenhadas necessariamente para esse fim. Esses espaços podem reforçar opiniões semelhantes, criando uma bolha discursiva (STROMER-GALLEY, 2003), ou o que Dalghren (2005) chama ‘cyberguetos’. Mas podem também ampliar as perspectivas pessoais, a partir do que Lev-on e Manin (2009, p. 116) entendem como “acidentes felizes”, um contato acidental com perspectivas diferentes que reacendem ou iniciam debates políticos que talvez não se processariam na

dimensão offline, dada a dificuldade de essas pessoas se encontrarem pessoalmente pelos diferentes espaços de socialização que frequentam.

Martino e Marques (2012, p. 60-61) ponderam, entretanto, que os discursos presentes no ambiente online possuem “existência latente no âmbito das relações sociais offline”, de forma que embora sejam fundamentais para entender o desenrolar das conversações na internet, as características específicas das plataformas virtuais (e seus limites)⁷ não determinam “os conteúdos que se relacionam com os valores, significados e sentidos do contexto cultural no qual tecnologia e usuários estão enfeixados”. Walsh (2004) assinala que temas ou dimensões não entendidos como ‘políticos’ podem colaborar para que os indivíduos, a partir dos lugares que ocupam e de suas identidades, repensem questões de interesse público⁸.

Quer por meio de metodologias específicas de análise de debates, como aquelas voltadas para o estudo de deliberação online (BARROS; ALMEIDA 2013; MAIA, 2008a; MENDONÇA; FREITAS; OLIVEIRA, 2015; MENDONÇA; AMARAL, 2014; SARMENTO; MENDONÇA, 2014; SAMPAIO; BARROS; MORAIS, 2012), ou para análise de conteúdo e discurso textual, essas pesquisas denotam o quanto é relevante observar a internet como um espaço de interlocução, um canal para qual emergem demandas, que captam “a dimensão das experiências” e pode “revalorizar habilidades e propriedades de grupos previamente excluídos” (MAIA, 2008b, p. 340).

Walther (2011, p. 33) observa que há um “novo domínio de investigação” proporcionado pela web 2.0 e que é cada vez mais necessário entender como se constroem mensagens “*masspersonal*”, pelas quais os usuários negociam sentido entre sua própria rede e com um público também ampliado, ou de forma “interpessoal e ao mesmo tempo pública”. Para entender como a denegação e a luta por estima de transfeministas é exposta na rede, em interações dialógicas e expressões político-textuais, aproximamo-nos das abordagens etnográficas para o estudo do ambiente virtual. Segundo Frago, Recuero e Amaral (2011, p. 181), a etnografia, ou mais propriamente a netnografia, é uma metodologia propícia para

⁷ Entre tais limites, Gomes (2008, p. 323) assinala a desigualdade de acesso; a pouca responsividade do anonimato sistema político fechado; dúvidas quanto à qualidade da informação política disponível; predominâncias dos meios de massa tradicionais; e as ciber-ameaças (sistemas de espionagens, por exemplo).

⁸ Diz a autora: “The central political implication of informal political talk is not simply the exchange of information about policy stances. Instead, the fundamental, politically relevant act is the communication of information about the kind of people individuals perceive themselves to be and the collective envisioning of group and community boundaries. Casual exchanges allow people to collectively give meaning to their social identities again practice in using their identity-based perspectives to interpret public concerns” (WALSH, 2004, p. 42).

quando se pretende “registrar um processo” que ainda não está fartamente documentado na literatura acadêmica, tal como a questão em tela.

De acordo com Amaral *et al.* (2008), a netnografia, surgida por volta do final dos anos 1980, não é a simples apropriação do método etnográfico para o meio virtual, dado que os atores, ambientes e formas de socialização em tal arena são bastante distintas. Seu uso mais comum é para o entendimento de padrões de comportamento de grupos ou de comunidades virtuais e tem como vantagem, argumentam as autoras, a possibilidade de observação para o pesquisador “sem que este interfira diretamente no processo como participante fisicamente presente” (AMARAL *et al.*, 2008, p. 36). O método colabora ainda para desvelar os diversos usos da internet, tal qual estamos discutindo neste trabalho. Este texto se configura a partir do interesse em entender, à luz da perspectiva honnethiana do reconhecimento, como espaços tidos não políticos a priori endereçam, a partir da experiência trans*, questões centrais tanto para a teoria quanto para o ativismo feminista, dado que, como já citado, essa corrente tem usado e se construído por/com a internet (JESUS, 2013; 2014).

Disto isto, é preciso explicar a escolha dos espaços. O primeiro, *Ask.fm*, é uma rede social baseada em perguntas e respostas, criada em 2010 nos Estados Federados da Micronésia, e logo popularizada nos demais continentes. Com um layout simples e de fácil usabilidade, permite que as pessoas criem contas pessoais e respondam (ou excluam) questões de outros usuários ou de anônimos, e ainda que curtam (*like*) as respostas. É interessante perceber em tal rede a disposição para responder as possíveis perguntas, já que essa é sua única finalidade. Para esta análise, escolhemos a página pública de uma mulher transfeminista (*ask.fm/haileykass*)⁹ conhecida na rede por conta de suas postagens em defesa do movimento, da criação de um blog e de uma página no *Facebook* sobre Transfeminismo.

É preciso salientar que, ao longo dos últimos anos, várias mulheres transfeministas têm ganhado visibilidade, nas dimensões online e offline, especialmente pelo caráter pedagógico de suas inserções textuais, combatendo preconceitos específicos sobre mulheres trans*, produzindo discussões com forte diálogo com as produções acadêmicas, bem como atuando em um processo de valorização da autoestima e aceitação do corpo. Escolher uma mulher específica,

⁹ A mulher foi informada desta análise e da visibilidade de seu nome (que consta no endereço da rede social) neste texto, não se opondo a elas. O perfil não existe mais (dado obtido em 16 de junho de 2015).

obviamente, possui implicações e um viés bastante acentuado, contudo essa escolha se deu pelo fato do blog pessoal e dos esforços de tal ativista¹⁰ serem citados como um material importante para registro da corrente transfeministas nos estudos brasileiros sobre o tema (COACCI, 2014; JESUS, 2013; 2014) .

Se o *Ask.fm* se caracteriza pelos posicionamentos de um sujeito específico (uma mulher trans*), interessava-nos olhar para um espaço feminista online mais genérico, que pudesse congrega pessoas com diferentes posições. Por isso observamos a página “Feminismo na rede - original”, que além de apresentar o *post* citado no início deste texto, também era, à época do recorte, a primeira e com maior número de curtidas a ser filtrada pela lista de relevância de busca realizada por nós no *Facebook*¹¹. Interessava-nos perceber como outras pessoas, não necessariamente trans*, também se envolvem em disputas, defesa ou denegação de estima para esses sujeitos.

Esse mergulho em uma determinada comunidade, ou em uma discussão que atravessa grupo específico, proposto pela netnografia é baseado em algumas premissas de coleta e de análise de dados. A captura dos dados para este texto foi realizada tal como descrevem as autoras:

dados coletados e copiados diretamente dos membros das comunidades on-line de interesse, onde, devido ao grande número de informações coletadas e às dúvidas que estas possam causar, é prudente o pesquisador se utilizar de vários tipos de filtros para que sobre apenas informações de relevância para o contorno da pesquisa (AMARAL *et al.*, 2008, p. 38).

O referido *post* do *Facebook* se deu no dia 19 de maio de 2013 e coletamos todos os comentários até o dia seguinte. Iríamos continuar a coleta até o final do referido mês, mas no dia 20 de maio, sem maiores explicações, a postagem foi removida da página. Para fins de coerência, optamos por coletar todas as postagens também do mês de maio do *Ask.fm* supracitado. No total, foram 668 posts, 467 do *Ask.fm* e 201 de comentários do *Facebook*.

¹⁰ Endereço do blog: <http://transfeminismo.com/>

¹¹ Essa busca tem algumas implicações que precisam ser deixadas claras. Usamos três computadores do grupo de pesquisa do qual somos integrantes localizados na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG – BH/MG, a partir do navegador anônimo do Google, buscando pelas palavras “feminismo facebook”. A referida página aparecia como o primeiro resultado à época da coleta, com o maior número de curtidas. Atualmente, aparece em oitavo lugar, atrás de outras páginas como “Feminismo sem demagogia”, “Feminista cansada”, “Blogueiras feministas”. Estamos cientes que a replicação de tal coleta em outros computadores, com outros navegadores, pode apresentar resultados diferentes.

Para esta análise, codificamos todos os *posts* do *Facebook* e fizemos uma filtragem das postagens do *Ask.fm* direcionadas à relação entre as transfeministas e o movimento feminista mais amplo, em função de haver uma gama de outros assuntos¹² sendo tematizados nos *posts*, sem relação com a questão que nos interessa.

Partindo do que Honneth (2003) propôs acerca da estima, estabelecemos três possíveis categorias para enquadrar os *posts* encontrados em ambos os espaços. Elas tentam captar a trama de experiências transfeministas presentes nos espaços da rede observados e sua articulação com os debates acerca da definição do sujeito do feminismo.

Quadro 01: Expressões textuais por estima

Expressões textuais por estima	
1. Expressões de dano	O foco do texto é a opressão vivida ou a denegação de solidariedade dentre um possível grupo ampliado de feministas.
2. Expressões de afirmação das capacidades individuais	A ênfase textual se desloca da ausência de estima para a valorização do que transfeministas podem acrescentar ao ativismo feminista.
3. Expressões de negociação de estima	Os textos evidenciam quando há uma troca positiva ou negativa de razões sobre os motivos pelos quais transfeministas devem ou não ser estimadas.

Fonte: construção nossa.

3.1 Expressões de dano

Codificamos como “expressões de dano” as postagens e comentários que expõem sentimentos morais de injustiça ou desrespeito contra mulheres trans* advindos de possíveis espaços feministas. Tal expressão pode ser observada no trecho abaixo, disponível no *Ask.fm*, no qual a usuária da conta fala de certo silenciamento de outros grupos pelas feministas, tais como as mulheres trans* e mostra que nem sempre as críticas são bem recebidas (“aí quando achamos ruim e vamos reclamar somos 'misóginas'”).

PERGUNTA: tava lendo as radfem falando sobre transexualidade E MEU DEUS EU QUERO MORRER. como pessoas podem se dizer feministas dizendo que transexuais PRECISAM DE AJUDA PSIQUIÁTRICA? CARA.

RESPOSTA DE HAILEY: E isso é o mais light, vai por mim rs. Aí quando achamos ruim e vamos reclamar somos 'misóginas'. Porque aparentemente essas feministas podem falar esse tipo de

¹² Por se tratar de uma rede de cunho pessoal, há uma série de perguntas sobre o cotidiano da usuária (Ex: “Qual foi sua última compra? Um lanche no subway :P”). É interessante perceber essa diversidade, e talvez banalidade, da rede que não necessariamente é criada para fins de discussão política, mas também pode abrigá-la.

coisa e sair ilesas usando feminismo como escudo [...] Temos que ouvir todas essas ofensas e ficarmos quietas. Elas aprenderam bem como silenciar outros grupos marginalizados.

A autora da resposta enfatiza um suposto silenciamento feito pelas pessoas identificadas com o grupo mais geral (feministas). É interessante notar em sua escrita as dimensões da opressão, do quanto essas tensões existem mesmo quando a luta contra marginalização das mulheres é o foco do movimento. O que a mulher trans* coloca é de quais mulheres se está falando, quando, em suas palavras acima, silenciam-se “outros grupos marginalizados”.

Em outro momento, quando questionada sobre a relação entre ser trans* e ter “privilégios” por manter o pênis¹³, ela traz à baila sua experiência sobre a ausência de privilégios e a forma como outras correntes do feminismo tratam essa questão: “[...] privilégio é baseado em várias coisas, a maioria relaciona-se em como você é percebida e como outras pessoas te tratam. [...] mulheres trans durante ou depois da transição que passam como cis¹⁴, não recebem privilégio masculino”. E completa: “[...] Eu ouvi feministas cis (feministas radicais e outras de linhas diferentes) fazerem caracterizações grosseiras acerca de mulheres trans”. Esse tratamento, especialmente o vindo da corrente identificada como “radfem”, é entendido pela usuária do *Ask.fm* como um “discurso de ódio revestido de feminismo”.

A fala acima é bastante reveladora das diferentes faces da luta por estima. Ela diz que mesmo quando as mulheres trans* não são identificadas como trans* elas sofrem opressões como as mulheres cis ou como as que foram biologicamente designadas como mulheres, denotando assim, como mulheres em geral (como um grupo político) têm processos de estima denegados. Por outro lado, ao se assumirem como trans* a não-estima vem do grupo feminista.

Na postagem do *Facebook*, não conseguimos identificar as expressões de dano de mulheres trans*. Pela leitura dos *posts*, havia mais uma “solidariedade” entre outras pessoas à causa do que uma manifestação pessoal de desrespeito. Isso nos leva a pensar que as expressões de dano são mais frequentes nas narrativas de pessoas que são atingidas diretamente pela negação de estima. Por outro lado,

¹³ Questão: “Acho que o simples fato de se ter um pênis não representa um privilégio, até porque uma mulher trans* está desafiando o cissexismo que existe na nossa sociedade. Você poderia comentar sobre isso? Obs.: ficou um pouco confuso, desculpas. :3”.

¹⁴ Resumidamente, o termo “cis” deriva de “cissexismo”, cujo significado é um alinhamento entre sexo biológico e gênero e o sentimento de congruência pessoal. O termo é usado em oposição às pessoas trans*, que não experimentam esse alinhamento.

peças não trans* conseguem falar sobre a importância do transfeminismo e negociar estima, como mostram as expressões a seguir.

3.2 Expressões de afirmação das capacidades individuais

Nas formulações honnethianas, ser estimado é ser valorizado nas contribuições individuais, naquilo que diferencia os sujeitos positivamente. Percebemos que essa necessidade se faz muito presente nas expressões transfeministas. Mulheres trans*, tal qual fizeram e fazem as negras e as lésbicas, marcam suas diferenças com o feminismo tradicional e apontam os avanços que a incorporação de pautas e discussões sobre as pessoas trans* pode trazer ao movimento.

No *Facebook*, uma usuária que iremos identificar como “Comentadora F1”, a fim de preservar a identidade, defende a postagem sobre as Radfems, afirmando: “Radfem não é só trans-politics [...]. Radfem é muito mais do que UM ponto que todo mundo martela. Nosso ativismo não é sobre vocês! NÃO É.”. Outra usuária (“Comentadora F2”) argumenta que não se pode deixar de reconhecer que as mulheres trans* buscam deslocar uma discussão biológica e sentencia: “vocês não vão usar a biologia que aprisionou vocês pra excluir e aprisionar outros [...] vocês não vão mentir dizendo que mulher nenhuma tem poder pra oprimir enquanto vocês mesmas oprimem, A TRANSFOBIA NÃO PASSARÁ MESMO!”.

A afirmação das habilidades ou das capacidades do transfeminismo em lidar com a fluidez das identidades, ou interações múltiplas dos sujeitos com seu próprio corpo/sexo/gênero, é enfatizada nas respostas da usuária do *Ask.fm*. Ela enfrenta inclusive a possibilidade de que as identidades trans* também possam ser colonizadoras e esclarece que uma particularidade do transfeminismo é fazer com que as reivindicações sobre não representação ou identificação sejam ouvidas.

PERGUNTA: Vc acha que tem problemas no guarda-chuva de identidades trans*? A partir de que momento o que a pessoa fala pode ser colonização ou identificação?

RESPOSTA DE HAILEY: Sim tem, toda generalização é violenta; todo discurso que se quer universal é nocivo. A questão principal, a meu ver, é que quando alguém diz ‘não me sinto representadx pelo guarda-chuva trans’ ela seja ouvida [...] Tipo, não adianta estarmos aqui criando teoria de autonomia e empoderamento para pessoas trans* se vamos definir uma teoria legítima universal que não leva em conta isso.

A ativista defende que a corrente transfeminista não diz qual é a expressão mais correta para os sujeitos, evita generalizações e compreende as singularidades

das pessoas, assim como a necessidade de se expressarem de forma física, sexual, psicológica ou discursiva como bem desejarem. Alguém anonimamente interroga a usuária: “Como eu posso ter ctz que sou trans*? Não me sinto dentro do binário mas tbm não tenho disforia com meu corpo (penis)”. Ela então responde: “[...] Sabe, eu acho que ‘ser’ trans* tem mais a ver com um estado e/ou identidade do que algo ‘inerente’ da pessoa. [...] O legal do Transfeminismo (corrente) é proporcionar essa liberdade de não existir uma narrativa legítima para a transexualidade”.

Tanto no *Facebook* quanto no *Ask.fm* percebemos essa defesa das particularidades do transfeminismo e de suas contribuições, assim como da marcação de que não se pode desvalorizar um subgrupo a priori, principalmente a partir de argumentos que antes contestados pelo próprio feminismo, tal como o biológico.

Essa afirmação das capacidades individuais é fundamental para a construção da estima social de um grupo mesmo dentro de outro. Todavia, é importante observar que esse processo não se dá sem tensões. São essas tensões, inclusive, que promovem os deslocamentos múltiplos quando se questiona sobre quem é representado por um movimento social. É interessante notar também como o ambiente online, sem as mediações clássicas dos meios de massa, tem se constituído como esse espaço de afirmação das contribuições, de uma expressão que, mesmo sendo extremamente pessoal, diz respeito a uma luta política mais ampliada.

3.3 Expressões de negociação de estima

A negociação de estima é expressa por comentários e *posts* sobre a importância do ativismo trans* ou a partir da crítica às posturas excludentes. No post do *Facebook* supracitado, os responsáveis pela moderação da página “Feminismo na rede – Original” defenderam o argumento “radfem”, justificando que “dissemos que radfems passarão como nossas irmãs e como corrente feminista. Se quiserem passar por cima de homens (garotinho), irão passar”. De outro lado, a usuária “Comentadora F3” questiona: “Radfem é feminista pra vcs? Sério isso?? Qualquer pessoa que seja transfóbica não pode ser considerada feminista!”.

Esse embate mostra a defesa da presença de pessoas transfeministas dentro do movimento, denota estima a esses sujeitos e a crítica às posturas transfóbicas. Ao afirmar que transfobia e feminismo não podem conviver juntos, a usuária

“Comentadora F3”, como várias outras, mostra a solidariedade a esse segmento no interior do grupo.

No *Ask.fm*, também há postagens de solidariedade e de reconhecimento ao ativismo trans* e de condenação ao ativismo feminista “tradicional”.

POST ANÔNIMO: Entendi. Tem razão. N costume associar esse ódio ao feminismo e acabei ignorando essas vozes a q vc lembrou. De qqer forma, fica aqui meu carinho a vc, aprendo mto com seu ask. E acho q o feminismo q não discute todas as questões de gênero abertamente - e dando a mesma relevância - falha.

RESPOSTA DE HAILEY: Nem eu costume associar ódio ao feminismo, mas, né... Tive que rever minhas ideias. Meu problema com feminismo é ser branco, cis, sem deficiência, heterossexual, medioclassista. As questões fora disso são postas à margem. Isso não quer dizer que vamos desconsiderar tudo o que o feminismo é ou fez, mas sim que temos MUITO o que melhorar e que NEGAR que existem esses problemas só gera mais marginalização das mulheres que fogem ao padrão.

No post acima, a pessoa que endereça seu comentário à dona do *Ask.fm* informa que “aprendeu” com o que a ativista expõe na rede social e critica novamente a falha do feminismo tradicional ao invisibilizar certas discussões. A usuária se envolve numa complexa negociação de estima e pondera que, mesmo com suas críticas ao feminismo, não se pode “desconsiderar tudo”.

Esse nos parece ser um processo importante para entender a luta transfeminista por reconhecimento e as próprias demandas do feminismo. Se a narrativa branca, classe média e cisgênera deu a tônica do feminismo durante muito tempo, informando a história política do movimento e muito de sua construção teórica, é necessário que se reflita criticamente sobre os limites da categoria mulher como a representante da luta. Raça e classe já foram dimensões interpeladoras do feminismo e este acabou se complexificando ainda mais ao olhar para essas interseccionalidades de opressões. A transexualidade adiciona uma nova questão para esse ativismo. Por outro lado, a mulher trans* que escreve, mesmo entendendo que o feminismo não dá conta da “das mulheres que fogem ao padrão”, não joga por terra todo o potencial do movimento.

Reconhecer as limitações da forma como a luta foi estruturada e admitir a necessidade de ouvir experiências bastante distintas e não biologizantes mostra como ser estimado em uma luta por reconhecimento é um processo que tem não só uma sociedade mais ampla como destinatária, mas uma teia de negociação de estima costurada em mesmo movimento.

Considerações finais

À luz da teoria do reconhecimento, buscamos mostrar as disputas por estima que atravessam a relação de mulheres trans* e o movimento feminista. Defendemos que além (e junto) de buscar ser estimadas pela sociedade ampliada, as transfeministas têm embates intragrupo, absolutamente relevantes para entender suas reivindicações e afirmação de identidade. Os espaços online se mostraram como arenas públicas para a tematização de tal embate, quer seja pelas próprias mulheres trans*, como no caso do *Ask.fm* ou por outras feministas, tal qual exposto no *Facebook*.

Sabemos da fragilidade das discussões e análise expostas neste breve estudo, mas gostaríamos de pontuar que nosso esforço foi no sentido de pensar como noções muito caras à teoria do reconhecimento (“estima”) podem fornecer insumos para a leitura de questões controversas intragrupos e ainda como a internet tende a disponibilizar questões, em ambientes ordinários, nem sempre disponíveis em outros lugares. Sentimentos de dano revelados por expressões pessoais online podem ter um potencial político transformador para se pensar pertença e identidade entre grupos com lutas públicas históricas.

Referências

ADRIÃO, Karla; TONELI, Maria; MALUF, Sônia. O Movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661-682, 2011.

AMARAL, Adriana *et al.* Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, n. 20, p. 34-40, 2008.

BARROS, Samuel; ALMEIDA, Gilberto. O que contribui para uma deliberação online de qualidade? Um teste das variáveis empresa, plataforma e tema. In: **V Compólitica** – Associação Brasileira dos Pesquisadores em Comunicação e Política, 2013, Curitiba.

BENTO, Berenice. A Diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas**, Natal, v. 3, n. 4, p. 95-112, 2009.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Letícia. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Sela; CORNELL, Drucilla (Org.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 139-154.

CARDOZO, Fernanda. Da vitimização às lutas por reconhecimento: uma reflexão acerca dos conflitos sociais envolvendo travestis e a construção de identidades coletivas. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, Corpo, Violência e Poder**, Anais Eletrônicos, Florianópolis, 2008.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, São Paulo, n. 15, p. 134-161, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. The Social construction of black feminist thought. In: COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge, 2000. p. 1-44.

DAHLGREN, Peter. The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. **Political Communication**, s. l., v. 22, n. 2, p. 147–162, 2005.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Abordagens etnográficas. In: FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 167-204.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era pós-socialista. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009.

GARCÊZ, Regiane. A Representação política dos oprimidos nas redes sociais online: quem fala em nome de quem e com qual legitimidade? **Contemporanea**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 304-321, maio-ago. 2013.

GOMES, Wilson. Internet e participação política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 293-326.

GRAHAM, Todd. Needles in a haystack: a new approach for identifying and assessing political talk in non-political discussion forums. **The public**, Ljubljana, v. 15, n. 2, p. 17-36, 2008.

GRAY, Mary. Negotiating identities/queering desires: coming out online and the remediation of the coming-out story. **Journal of Computer-Mediated Communication**, s. l., v. 14, n. 4, p. 1162–1189, jul. 2009.

HEYES, Cressida. Feminist solidarity after Queer Theory: the case of transgender. **Signs**, Boston, v. 28, n. 4, p. 1093-1120, summer 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. Rio de Janeiro: 34, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JESUS, Jaqueline. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, Anais Eletrônicos, Florianópolis, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universas Humanística**, Bogotá, n. 78, p. 241-258, jul.-dic. 2014.

LEV-ON, Azi; MANIN, Bernard. Happy accidents: deliberation and online exposure to opposing views. In: DAVIES, Todd; GANGADHARAN, Seeta (Orgs.). **Online deliberation: design, research and practice**. Chicago: Center for the Study of Language and information, 2009. p. 105-122.

MAIA, Rousiley. **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008a.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008b. p. 327-348.

MAIA, Rousiley; CAL, Danila. Recognition and ideology: tensions in Honneth's justified and ideological recognition for rethinking the case of child domestic labor. In: MAIA, Rousiley. **Recognition and the media**. London: Palgrave MacMillan, 2014. p. 73-99.

MAIA, Rousiley; GARCÊZ, Regiane. Recognition, feelings of injustice and claim justification: a case study of deaf people's storytelling on the internet. In: MAIA, Rousiley. **Recognition and the media**. London: Palgrave MacMillan, 2014. p. 123-147.

MARTINO, Luís; MARQUES, Angela. Política na hora do chá: ética e identidade no debate online sobre uma bebida. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 49-74, 2012.

MEAD, George. **Mind, self and society**. London: University of Chicago Press, 1967.

MENDONÇA, Ricardo F.; FREITAS, Fernando; OLIVEIRA, Wesley. Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da ALMG. In: ALDÉ, Alessandra; MARQUES, Francisco (Orgs.). **Internet e poder local**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 293-324.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; AMARAL, Ernesto. Deliberação online em consultas públicas? O caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 49, p. 177-203, jan.-mar. 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Reconhecimento e Deliberação**: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais. 369 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2009a.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, p. 143-154, 2009b.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy. **Political Studies**, s. l., v. 59, p. 940-958, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 119-146, set. dez. 2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento. In: AVRITZER, Leonardo *et al.* (Org.). **Dimensões políticas da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 117-131.

MOHANTY, Chandra T. Under Westerns eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, s. l., v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

OLIVEIRA, Wesley; SARMENTO, Rayza; MENDONÇA, Ricardo. Deliberação no Youtube? Debates em torno da questão LGBT. **Revista Compolitica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 53-80, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) Mulher. In: ALGRANTI, Leila M. (Org.). **A Prática feminista e o conceito de gênero**. 2002. (Textos Didáticos, n. 48). Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/A_drianao1.pdf>. Acesso em: 10. mar.2010.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BARROS, Samuel Anderson Rocha; MORAIS, Ricardo. Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 470-489, nov. 2012.

SARMENTO, Rayza; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Can Disrespect Foster Online Deliberation?. In: **APSA Annual Meeting**, 2014, Washington, D.C., Anais da APSA 2014, v. 1, p. 1-27, 2014.

SARMENTO, Rayza. Narrativas online como forma de expressão política: o compartilhamento de experiências acerca da Lei Maria da Penha na internet. **Gênero na Amazônia**, Belém, v. 2, p. 51-80, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica, 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

STEINER, Jurg. Rationality and stories in deliberative justification. In: STEINER, Jurg. **The Foundations of deliberative democracy**. Empirical research and normative implications. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 57-87.

STROMER-GALLEY, Jennifer. Diversity of political conversation on the Internet: users' perspectives. **Journal of Computer Mediated Communication**, s. l., v. 8, n. 3, s/p., 2003.

WALSH, Katherine. The Social practice of informal political talk. In: WALSH, Katherine. **Talking about politics**. Chicago: The University of Chicago Press, 2004. p. 34-52.

WALTHER, Joseph Staiger. Interaction of interpersonal, peer, and media influence sources online: a research agenda for technology convergence. In: PAPACHARISSI, Zizi (Ed.). **A Networked self: identity, community and culture on social network sites**. New York: Routledge, 2011. p. 17-38.

WOJCIESZAK, Magdalena E.; MUTZ, Diana C. Online Groups and Political Discourse: Do Online Discussion Spaces Facilitate Exposure to Political Disagreement? **Journal of Communication**, s. l., v. 59, n. 1, p. 40-56, 2009.

Texto enviado em: 22/09/2015

Aceito em: 28/01/2016